

MACUNAÍMA, A VOLTA AO NATIVISMO (*)

Otacílio Colares

Iniciaremos estas nossas considerações, que terão mais caráter informativo interessado que qualquer outra finalidade mais sofisticada ou polêmica, procurando definir a palavra *nativismo*, que é a base desta nossa ordem de considerações literárias e a razão de ser da presença do analista, na humildade da própria consciência, que tem, da pouquidade do saber.

E é num dicionário afamado, da responsabilidade do mestre Aurélio Buarque de Holanda, tão conhecido nacionalmente, que vamos buscar, na simplicidade dos seus elementos, a definição. Lá está, à página 971 da 4a. impressão da 1a. edição: "NATIVISMO — Qualidade de caráter nativista; aversão a estrangeiros."

Noutro verbete, relativamente ao mesmo assunto, lê-se, no mesmo dicionário, o que aí vai: "NATIVISTA. Brasileirismo, adjetivo. Referente aos indígenas. Favorável aos nativos com aversão aos estrangeiros, em especial aos portugueses."

Acreditamos que as definições atrás citadas poderão servir-nos de esteio para o que vamos alinhar, daqui por diante, na tentativa de mostrar a importância do livro *Macunaíma*, do genial Mário de Andrade. Ele que, dentre a somatória de inúmeras qualidades excepcionais, surgiu como uma bandeira, já no século atual, da renovação, ou melhor, de uma nova modalidade de eclosão de certo sentimento que existe no espírito do povo brasileiro, desde que começou para o natural da terra brasileira o processo de invasão e apossamento pelo homem branco, oriundo do velho continente.

Realmente, se observada a nossa História com olhar de verdadeira prospecção ao longo do tempo, verificaremos que, desde os primórdios da nossa colonização por Portugal, revelou-se aqui na terra dos *brasis* esse acendrado espírito nativista: primeiro à conta da natural reação do selvagem, dono do chão e de tal propriedade como que instintivamente cioso — revoltado porque o adventício, forte em armas e persistente em pretensões, intentava

(*) Fortaleza, Ceará. Ao ensejo do Seminário realizado pelo Dep. de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará, comemorativo do decurso dos cinquenta anos da Semana de Arte Moderna.

por todos os meios fazê-lo escravo, para o rude labor da lavoura e do criatório; depois, fazendo-se a reação não de modo claro e quase sempre cruento, mas sub-repticiamente, já pela adaptação crescente do elemento luso aos recantos paradisíacos a que chegara, distante da férula da administração lisboeta, preparado o imigrante de lá pelo Atlântico, bem assim em face do surgimento, na terra descoberta, de um tipo humano caldeado, através do leite ilegítimo, do sangue branco com o sangue ameríndio.

Acrescente-se a esses fatores de validade indiscutível um fenômeno de grande significação: o da pouquidade de portugueses espalhados pela nossa dimensão quase continental, sob a influência de uma maioria indígena, esta impondo insensivelmente todo um ror de influências, já no falar, já no comportamento social. Tudo agravado, do ponto de vista português, pela ação jesuítica que, fendendo o índio como criatura humana, albergando-o em roda de seus conventos e feitorias agrícolas, ao mesmo tempo que os iniciava nos mistérios aliciantes da catolicidade, espicaçavam-lhe no ânimo de raça intocada as noções, que já lhe eram inerentes, da liberdade individual.

Na verdade, o nativismo brasileiro tem sido comportamento que se consubstanciou através de quatro séculos, menos por culpa de alguém de aquém Atlântico; antes, por uma série de fatores determinados por todo um complexo de defeitos e virtudes da colonização portuguesa, realizada muito à distância e sem que Portugal, muito preocupado, ao tempo, com a vigilância e assistência a seus territórios de Ásia e África, pudesse, como seria de desejar, manter-nos menos donos de nós mesmos, de nossos próprios problemas e soluções.

Poderemos, hoje, sem receio de contradita, afirmar que foi a metodologia colonizadora adotada por Portugal, meio anárquica, embora cheia de pontos positivos se bem que descontínuos, o elemento instilador em nós, desde as capitânicas hereditárias, do insopitável espírito nativista.

Esse espírito nativista, do ponto de vista do índio em seu estado natural, reagindo com flechas e tacapes contra as tentativas de escravização pelo branco, era alimentado pela imensa prodigalidade da terra virgem, abrigando-os sertões adentro, em demanda dos socavões esconsos das serras e da lonjura dos altiplanos centrais, quando não mergulhando na soalheira das terras adustas nordestinas. Tornava-se tal selvagem cada vez mais amante e defensor da sua "jungle" a cujos segredos entregava a tarefa de sua preservação.

Depois, quando já houvera o caldeamento do branco e do ameríndio, foi de ver como o mameluco se apresentou desempenado e altivo, diante do branco tido como puro em crescente minoria, ele próprio, insensivelmente ou a contragosto, impregnado de toda uma

série de injunções que o distanciavam terrivelmente de suas peculiaridades nitidamente lusitanas.

Foi nativista, na imponderabilidade, ou melhor, na incoerência de sua mensagem satírica, na mais significativa parte de sua obra poética, Gregório de Matos Guerra, o "Boca de Inferno", que, embora fossem seus versos impiedosos uma tentativa de combate, pela ironia, aos costumes sociais da Bahía e do Recife, era ele pura e simplesmente um repórter da História, a flagrar, para os discernimentos dos pósteros, toda uma curiosa coleção de comportamentos sociais já bem diferenciadores entre o luso e o brasílico.

Nativistas foram os inconfidentes mineiros, esses já realizando um nativismo sob dois espectros: o literário e o político.

Eram os inconfidentes, na sua maior parte, moços descendentes em linha direta de lusitanos, representativos seus maiores de uma camada social mais requintada, que se encravara nas alterosas montanhas das Minas Gerais, onde corriam o ouro e os diamantes, dando a tradicionais aglomerações humanas de região *status* semelhante ao da sociedade de Lisboa. Tanto que foram poetas ou magistrados os que, havendo estudado leis e letras em Lisboa, Coimbra ou Porto, ao regressarem à terra dos *brasis*, encontraram vaza para seus entusiásticos colóquios sobre os ideais de uma independência que era estimulada e mesmo já justificada por fatores antigos, bem sintomáticos da distância em que ficávamos do policiamento ostensivo de Portugal. Dentre tais fatores, a fatura de nossos produtos naturais, que nos bastavam a uma vida tranqüila, mas nos causavam irritação pela cobiça que despertavam, de modo desmedido, nos reinóis, manobradores das nossas pedras, das nossas madeiras e tudo mais.

Não vai mal lembrar: era o Brasil colônia de Espanha, quando das invasões francesas e holandesas, no sul como no norte-nordeste da terra em fase de conquista paulatina. Então estava a nação portuguesa sob o longo domínio dos Filipes. Foi de ver, ao tempo dessas invasões, como coube aos brasileiros e, entre esses, índios e negros, do porte de o Camarão e de um Henrique Dias, bem assim portugueses já bem mais brasílicos que lusos pela adaptação à terra, realizar os grandes sacrifícios da encarniçada luta e o coroamento com a vitória final.

Cumpr sempre destacar que ao índio devemos o exacerbamento desse nativismo por assim dizer instintivo, que primeiro se ostentou de norte a sul do Brasil-Colônia, contra estrangeiros atrevidos, antes da ação temperante dos irmãos de Loiola. Ajuricaba, no Amazonas, Mel Redondo, no Ceará, Arariboia, no Rio de Janeiro, foram exemplos da heroicidade nativista.

E, como esses que se tornaram legendas, outros houve — caciques valentes, ciosos de sua *brasilidade*. Uma brasilidade que não

deve ser confundida ainda com o espírito nacionalista, que este subentende inteligência desenvolvida, consciência de pátria, esta não apenas chão, maloca, céu, floresta e estrêla, mas todo um complexo moral, social e econômico e mesmo religioso. Bem diverso do que sentiam, em lugar de pensar, os nossos aborígenes, quando lutavam pelo que era deles, pois que fora de seus avoengos perdidos na noite dos tempos.

É assim que entendemos a palavra *nativismo*, no que respeita a esse toque realmente muito próprio que representa a literatura brasileira, mormente a de ficção, sem desprezar as outras modalidades expressionais, desde o teatro de Martins Pena, bem próximo do popular e do autêntico costumismo, nacional e antiluso, até a poesia de raízes populares, mais canção que qualquer outra coisa, de Juvenal Galeno, toda ela, na sua parte mais válida, debruçada sobre a gente e as tradições do nordeste, com heróis eminentemente nativos: o boiadeiro, o jangadeiro, o tocador de viola e o cantor de desafios; e mais: a casa de taipa, a almofada da rendeira, a grade da labirinteira, a mulher do pescador, o lavrador no plantio da roça, a luta de faca e cacete, a festa do Divino, as assombrações do lobisomem e da burra-de-padre, e tudo mais que já está bem distanciado das nossas origens lusitanas...

Se havia nativismo mesclado a nacionalismo, no tocante à inconfidência mineira, não se pode deixar de lembrar nativismo puro repontando nos mais diversos pontos do Brasil, em sintonia com o fenômeno político da independência, na poesia de Gonçalves Dias, quando procurou exaltar a grandeza de alma e a bravura indomável do selvagem brasileiro em seu estado natural, no poema I-Juca Pirama. Como não se pode negar, em Alencar, que procurou ser puro nativista, quando realizou o romance do índio na bruteza antidiluviana da selva brasílica, antes do advento do branco colônizador, na tessitura de *Ubirajara*.

Foi justamente à conta desse nativismo latente e sub-prepticiamente progressivo, desde as primeiras décadas da incipiente dominação lusitana, que José Bonifácio, Aristides Lobo e tantos outros brasileiros legítimos em posição de liderança puseram por assim dizer as cores verde-amarelas, como tope, no chapéu de dois bicos do árdego moço lusitano Dom Pedro de Alcântara, nascido efetivamente nos cetins do Palácio de Queluz, mas treinado — e como! — no mundo nem sempre sadio de entre Lapa e o morro do Valongo, no velho Rio de Janeiro de costumes abastardados, cheirando ainda ao tempo dos vice-reis...

E não se pense, a esta altura, o rasgo teórico do romantismo parisiense de Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre, que àqueles sobraram privilégios de nascimento na Corte e faltaram vivências da terra e dos climas em que efetivamente se caldeou a

que hoje se pode denominar — *raça brasílica*. Isto coube a Alencar e Gonçalves Dias primeiro e com justeza e, depois, a Apolinário Porto Alegre, no extremo sul do país, com o seu *O vaqueano*; a Araripe Júnior, no Ceará, com *A casinha de sapé, o ninho do beija-flor* e, no Rio, *Jacina a marabá*, livro que Alfredo Bosi, em recente apresentação para uma recolta de páginas do grande crítico, enquadrou como “prosa de ficção nativista.”

Ora, os que estamos habituados ao estudo da literatura brasileira, em sua evolução rápida de apenas três séculos, por assim dizer, quase sempre concordamos em que é romantismo o período (para não dizer *escola*) que mais preponderante foi na caracterização de uma preocupação literária marcadamente nossa. A ele coube, Alencar e Gonçalves Dias à frente, a demarcação dos limites entre uma literatura que se fazia, no Brasil, à feição da portuguesa, embora, aqui e ali, repontasse, insopitável, o espírito nativista. Foi a esse tempo que se passou a escrever, em nosso país, no periodismo como na ficção, já com bem menor apego aos modelos lusos.

É verdade que, com o sobrevir do Realismo-naturalismo, que foi até certo ponto artificioso e bombástico como escola, surgiu, no que concerne à Poesia, um refinamento, uma preocupação neoclássica, já no referente à construção perfeccionista do verso, que se passou a querer burilado como em trabalho de joalheria, à base da “Profissão de fé”, de Bilac. Está evidente, porém, que tanto houve nativismo no Bilac de “O caçador de esmeraldas” como no Alberto de Oliveira do realismo em poesia, no Brasil. E há, no tocante ao nosso país, desde suas origens como nação, um complexo de contingências que nos leva ao Romantismo como autêntico estado de espírito.

Somos um país de dimensões imensas, com partes que, se ainda hoje apenas começam a ser exploradas, há um século e mais, estavam mergulhadas no mistério, no fantástico. Temos em nossa raça talvez superando o sangue e mesmo a educação e cultura elementares lusas, a forte dose de sangue indígena e negro, predominante em certas determinadas faixas da nossa geografia. E, além disso, grande contribuição vocabular, do ameríndio em maior cota e do negro e cota menor mas não desprezável. Isso e mais tradições, usanças, lendas, fetiches, num magma ainda em processo de lenta ebulição.

Não devemos esquecer, até mesmo porque nisso está o começo e razão deste nosso trabalho, não devemos esquecer que o picaresco sempre esteve presente no romance romântico brasileiro, bastando citar o Leonardo das *Memórias de um sargento de milícias*, de Manoel Antônio de Almeida, e o menino Ivo do Val, de *O garatuja*, do nosso Alencar, sem desprezarmos o dado importante: é de cunho eminentemente picaresco, ao longo de todo o seu entre-

cho, *O cajueiro do Fagundes*, romancete-crônica documental dos tempos do Ceará-Colônia, do já citado Araripe Júnior.

Ainda em seguimento a esta ordem de idéias, e para seu reforço, recorramos ao que escrevia, em seu luminoso e ainda muito válido estudo sobre o nativista Gregório de Matos o mesmo Araripe Júnior:

“No Brasil as forças individuais, desamparadas na vastidão da terra novamente descoberta (*sic*), aniquilavam-se, quase perdidas as origens e esquecidas de si mesmas. Nestas condições o colono e o aventureiro, quanto mais se afastavam da costa e dos pequenos núcleos de segurança, mais se animalizavam descendo a escala do progresso psicológico. Durante os primeiros séculos essas forças dispersas, não encontrando vida social em que a sua superioridade se ativasse por vitórias que deveriam ser certas, entraram em luta com as próprias feras. Os selvagens, superiores no seu meio pelos hábitos, os venceram muitas vezes. Foi necessário portanto que, alijando a bagagem de homem civilizado, os mais inteligentes para a situação se adaptassem ao terror e se habilitassem para concorrer com os primitivos incolos. Essa transformação não se fazia sem deformação moral e foi o que sucedeu aos turgimões, aos línguas, e na geração seguinte aos pais dos mamelucos, aqueles que se uniram às mulheres tupis.”

A citação foi longa, mas nenhuma melhor para justificar, com relação ao nativismo que evoluiria para romantismo-indianismo, a verdade evidente, embora por muitos ignorada quando não distorcida do que o que aí foi citado.

E nem nos sentimos mal em complementar a assertiva com este adendo do mesmo crítico:

“Dessas intercorrências diversas nascia o que era natural no encontro da civilização com a barbaria em um país inóspito e separado da metrópole por duas mil léguas de Oceano; o nível resultante das resistências oferecidas por um meio inferior às forças que vinham de um meio superior abaixava ou se elevava conforme o indivíduo dispunha de um caráter e de uma educação mais forte.”

Agora, depois da longa citação, que julgamos oportuna e necessária, falemos do Modernismo brasileiro, que desse movimento faz parte dessa hora genial que é *Macunaíma* de Mário de Andrade e cujo embasamento nativista procuraremos explicar.

Sabido é que o Modernismo brasileiro, oriundo das influências reformuladoras da Europa de princípios deste século, por via da absorção de idéias reformistas pelo poeta e escritor paulista Oswald de Andrade e aqui efervescidas com a presença meia escandalosa e histriônica do italiano Marinetti e da doutrinação estética avançada, difundida pelo brasileiro europeizado Graça Ara-

nha, aferrou-se, numa espécie de neo-romantismo, à bandeira do nativismo, que era herança do berço de nossa civilização.

É desse nativismo sem heroísmo ufanista, antes, revelador de uma consciência crescente de nossas virtudes, naturais, adulteradas em parte por uma tentativa de civilização bem intencionada mas em parte deficiente, que surgem, da Semana de Arte Moderna, de 1922, ao aparecimento dos livros *Martim Cererê* e *Macunaíma*, respectivamente de Cassiano Ricardo e Mário de Andrade, livros que, ainda hoje, são estudados com carinho e criticados com louvor e sempre, sempre reeditados porque realizaram, na sua legitimidade textual, a obra de redescoberta do Brasil, nas suas tradições, lendas, costumes bons e maus, numa marcha autêntica de interiorização bandeirista.

No caso de *Macunaíma*, trata-se de uma obra que, mal ultrapassando duzentas páginas de livro em tamanho padrão, é todo um vasto mundo de vivências e informações folclóricas, de observação da vida e do caráter do homem brasileiro, desde o descobrimento até a contemporaneidade.

Se o *Ulisses*, de James Joyce, foi publicado em 1922, para espanto de tantos leitores, mesmo os tidos como hábeis e dominadores de muitos idiomas, não se poderia admitir que Mário de Andrade, ao idealizar e compor o que chamou não romance e, sim, *rapsódia*, tivesse lido e entendido essa outra rapsódia que o autor irlandês realizou para eterna discussão das gerações vindouras?

Poderá nem haver fundo de veracidade na idéia mas que há do *Ulisses* um certo e irretorquível sabor na estrutura aparentemente (e mesmo propositalmente) anárquica do livro do brasileiro, isso é indiscutível.

E aqui começamos a dar, em nosso modo de entender, as notas nativistas da rapsódia de Mário de Andrade, abordando a questão da progressiva diferenciação do falar brasileiro e do lusitano, com reflexos no escrever, que é voga no nosso país, cada vez mais irrefragavelmente aproximado do coloquial, sobretudo na ficção e no rádiojornalismo.

Leiamos o que escrevia Mário, naquele seu característico tom desabusado de gênio que apenas espera a justiça no passar dos tempos, em uma de suas crônicas do "Diário Nacional" de São Paulo, em 25 de maio de 1929. Eis o que ele escrevia, então:

"Existe uma língua brasileira? Segundo sem titubear: Existe.

— Por que existe?

Porque o Brasil é uma nação possuidora duma língua só. Essa língua não lhe é imposta. É uma língua firmada gradativa e inconscientemente no homem nacional. É a língua de que todos os socialmente brasileiros têm de se servir, se quiserem ser compreendidos

pela nação inteira. É a língua que representa intelectualmente o Brasil na comunhão universal.

— Mas essa língua é o português.

É também o português. Nas suas linhas gerais mais eficientes não tem dúvida que a fala brasileira coincide com a língua portuguesa.”

A esta afirmativa o próprio Mário de Andrade faz suceder uma pergunta à qual responde que está errado quem pensa que, por termos adotado há quatrocentos anos a língua portuguesa, segue-se que nossa língua é portuguesa e não brasileira.

E dizia o idealizador da *Gramatiquinha do falar brasileiro*, infelizmente projetada, prometida e não tornada livro:

“Tenhamos a coragem de acabar com sentimentalismo inúteis. Nós estamos hoje, nacionalmente, falando, por completo, divorciados de Portugal. A língua que os dois países falam, pra grande maioria dos homens e das nações evoca o Brasil. Porque o Brasil importa mais atualmente que Portugal. Não digo isto com satisfação patriótica. Não tenho esse gênero de satisfações, porque posuo as humanas, mais universais.”

E, mais adiante, enfático e atrevido;

“Por outro lado, nós vemos a mocidade geral do Brasil, bem ou mal fazendo, exagerando ou não: o certo é que despercebida de Portugal e das regras, normas e exemplos da tradição lingüística de lá. E goste ou desgoste quem quer que seja, esta mocidade predomina e está fazendo o Brasil.”

Para concluir:

“O Brasil hoje é outra coisa que Portugal. E essa outra coisa possui necessariamente uma fala que exprime as outras coisas de que ele é feito. É a fala brasileira.”

Aí está, no que escrevia Mário em 1929, o nativista confesso, aquele que, um ano antes, jogando com sua genialidade o jogo mais atrevido da ficção nacional, em *Macunaíma*, utilizaria, para si e seus curiosos e mirabolantes personagens, a linguagem mais socialmente representativa do nosso povo.

Está claro que, nesta oportunidade, longe estaríamos da veleidade de uma análise profunda do estilo e do vocabulário empregados por Mário, em *Macunaíma*. Mas não achamos demasiado citar estrecho do 3º. capítulo da sua rapsódia, em que não há qualquer concessão às estruturas rígidas gramaticais e onde o autor faz uso de um vocabulário que põe ao lado da expressão ou palavra tupi ou nordestina e usada pelo brasileiro do extremo sul ou do centro-oeste, tudo nitidamente antilusitano. Eis o trecho de *Macunaíma*:

“Uma feita os quatro iam seguindo por um caminho no mato e estavam penando muito de sede, longe dos igapós e das lagoas.

Não tinha nem mesmo umbu no bairro e Vei, a sol, esfiapando por entre a folhagem, guascava sem parada o lombo dos andarengos. Suavam como numa pagelança em que todos tivessem besuntado o corpo com azeite de piquiá, marchavam. De repente Macunaíma sussurrou:

— Tem coisa.

Deixaram a linda Iriqui se enfeitando sentada nas raízes duma sumaúma e avançaram cautelosos. Já Vei estava farta de tanto guascar o lombo dos três manos quando légua e meia adiante *Macunaíma* escoteiro topou com uma cunhã dormindo. Era Ci, Mãe do Mato. Fez lança de flecha tridente enquanto *Macunaíma* puxava da pajéú. Foi um peça tremendo e por debaixo da copada reboavam os berros dos briguentos diminuindo de medo os corpos passarinhos. O herói apanhava. Recebera já um murro de fazer sangue no nariz e um lapo fundo no rabo. A incamiaba não tinha nem um arranhãozinho e cada gesto que fazia era mais sangue no corpo do herói soltando berros formidandos que diminuífam de medo os corpos dos passarinhos. Afinal se vendo nas amarelas porque não podia mesmo com as incamiabas, o herói deitou fugindo chamando pelos manos:

— Me acudam que sinão eu mato! me acudam que sinão eu mato!

Os manos vieram e agarraram Ci. Macunaíma trançou os braços dela por trás enquanto jigú com o murucu lhe dava uma porrada no coco.”

Acreditamos não ser preciso chamar a atenção para o acervo enorme de palavras e expressões bem brasileiras, bem do nosso falar, que estão reunidas neste pequeno lanço do grande livro — marco, sem dúvida, da autêntica literatura nativista. Aquela mesma que levaria Cassiano Ricardo a escrever, em 1926, os poemas de *Borrões de verde e amarelo* e *Vamos caçar papagaios*, aos quais seguir-se-iam os versos maravilhosos de brasilidade do já citado *Martim-Cererê*, este também, como *Macunaíma*, completando, em 1978, seu cinquentenário.

Chame-se atenção para um fato que necessita considerado pelas novas gerações. Mário de Andrade, em 1928, tal como na mesma época Cassiano Ricardo, fazia nativismo consciente, assim como em época idêntica o fazia Paulo Prado, cujo livro *Retrato do Brasil*, de grande agudeza de observações, enorme coragem e sinceridade nos conceitos e conclusões, também no mesmo 1928 fez cinquenta anos de publicado. Ele, certo, foi lido e absorvido, em suas observações e idéias, por quantos, entre 1922 e 1930, ao mesmo tempo, pensaram para o Brasil uma literatura de renovação e, concomitante-

mente, idealizaram profundas reformas na sistemática sócio-político-econômica da nação brasileira.

Sim, porque, longe de ser um movimento piegas, como de início chegou-se a pensar, a verdade é que, cedo, muito cedo, os chamados "rapazes da Semana" deixaram o salonismo da alta sociedade paulista, ou seja, o escândalo como posicionamento *para fazer efeito* nos altos escalões da aristocracia bandeirante. Viam eles mais longe, no tocante aos destinos do Brasil, esses moços da primeira e segunda décadas deste século. E neste contexto há que ser tomada a sério a influência do então já amadurecido Paulo Prado.

Recorramos ao livro *Viagem no tempo e no espaço*, precioso repositório de memórias do poeta Cassiano Ricardo, publicado em 1970, no trecho em que, aludindo aos primórdios do modernismo, escrevia:

"De um modo geral, todos estávamos de comum acordo e pretendíamos todos a mudança da velha estética por outra, em valores e propósitos.

"Mário com seu *Macunaíma*, Bopp (a princípio verde-amarelo, com seu *Cobra-Norato*, eu com *Martim Cererê*, Oswald de Andrade com o *Pau-Brasil*, Menotti com *A filha do inca* e *A outra perna do Saci*.

"Particularmente os grupos a que pertenciam queríamos opor um 'ismo' brasílico bem contagiante, bem visual, aos 'ismos' europeus que alguns arautos da Semana começaram, de novo, a importar.

"Oswald havia descoberto o Brasil na Europa; queríamos descobrir o Brasil no Brasil mesmo; somar mais Brasil dentro do Brasil. Verdamarelismo contra futurismo italiano, contra dadaísmo francês, contra impressionismo alemão.

"A fim de sermos originais, tínhamos que apelar para o que era nosso, terra e homem; para sermos universais tínhamos primeiro que ser brasileiros antes de tudo. E citávamos exemplos: ninguém mais italiano que Dante, ninguém mais francês que Descartes, ninguém mais espanhol que Cervantes, ninguém mais alemão que Goethe; no entanto, quem mais universal que qualquer deles?

"E dávamos o exemplo de Gide; as obras mais universais e humanas são as que trazem, mais vivo, o sinal da pátria."

Prosseguindo, o poeta sempre renovado de *Jeremias sem chorar* entrava em explicações mais fundas, como se pode verificar quando justificava, entre 1922 e 1930, a existência de diversos grupos aparentemente lutando por ser, cada um, o dono do movimento renovador, em S. Paulo. Diz Cassiano:

"Por certo que cada grupo podia ser brasileiro a seu modo; o nosso (o verde-amarelo) era esse. E que tínhamos razão não tem dúvida: ao tempo do Romantismo um Gonçalves Dias já tinha pen-

sado assim, e mesmo o francês Ferdinand Denis não era de outra opinião.”

Em nota-de-pé-de-página, Cassiano como que ilustra essa assertiva, escrevendo:

“O primeiro indianista que tivemos foi Anchieta já no Século XVI (1554). No Século XVIII, Basílio da Gama e Santa Rita Durão; no Século XIX, Gonçalves Dias e seu grupo; mais tarde, e mesmo no início do nosso século (já esporadicamente) Machado de Assis (*Americanas*) e Olavo Bilac (*A morte do tapir*). Em 1922 ressurgiu o indianismo no grupo ‘Anta’ com Menotti del Picchia, Plínio Salgado, Mota Filho e eu; na ‘Antropofagia’, com Oswald de Andrade; no *Cobra-Norato*, com Raul Bopp.”

É esta no indianista, portanto nativista, a pedra de toque que Mário de Andrade soube jogar em seu genialmente concebido e realizado *Macunaíma* — a autêntica rapsódia da formação nacional brasileira, impregnada do sal-e-pimenta bem nacional, unindo o mistério da selva à piada carioca de esquina, o atabaque do índio ao violão do capadócio urbano; o episódio histórico à anedota do dia, num painel que é preciso alguém ser brasileiro e estudar a fundo nossas peculiaridades para bem entendê-lo e mais e mais aplaudi-lo, agora, quando já se projeta, seguro e firme, para a consagração através dos tempos.

Se o Modernismo foi, como disse Cassiano, um neo-indianismo, desse sadio indianismo nativista está impregnada a estória do “herói sem nenhuma caráter”, justificando em sua grandeza aquela nota que a irreverência do também excepcional Oswald de Andrade apôs ao final “Manifesto Antropofágico”: Em Piratininga, ano 374 da deglutição do Bispo Sardinha.”

E, como estas considerações são feitas visando sobretudo à juventude da década de 70, juventude essa que não tem nenhuma culpa se não lhe ensinaram a verdadeira História do Brasil entre o estágio educacional primário e o do hoje apelidado ensino médio, lembraremos que D. Pero Fernandes Sardinha foi um bispo português que, tendo a caravela em que viajava com outros destinados à colônia dos *brasis*, naufragado próximo ao litoral baiano, foi com os demais companheiros devorado pelos índios da região, que praticavam a antropofagia.

A palavra *deglutição*, encontrada pelo irrequieto e impondável criador de Serafim Ponte Grande, ressuma uma extraordinária simbologia, que é a da preocupação dos modernistas brasileiros de não utilizarem as coisas da Europa, sobretudo as de nosso amado Portugal tal como elas nos chegavam de além-Atlântico; antes, permitiam-se eles, os renovadores, em termos de *nacionalização do Brasil*, o direito de as assimilar, quando necessário, mas impondo-lhes as modificações que as injunções do meio, tão diferenciado,

aconselhavam. Dessa assimilação tanto quanto possível reformulante de idéia e comportamentos é que surgiu o Modernismo, ponto de partida para esta nova literatura e esta nova arte que aí estão.

E, para que sejam ainda do mestre Mário de Andrade as últimas idéias até aqui por nós arrumadas, mais uma citação. Escrevia ele, em 7 de janeiro de 1940, a propósito de um depoimento valioso escrito por nosso velho companheiro e grande amigo, o escritor Ascendino Leite, depoimento em que o brilhante ficcionista e crítico filho da Paraíba achava que não teria perenidade o chamado Modernismo:

“Mas como é possível (assim) esquecer que os grandes nomes novos, que hoje fazem o nosso orgulho, quer reagindo contra o Modernismo, quer não, dele se beneficiaram e beneficiam? Antiacadêmico por excelência, o Modernismo foi um violento ampliador de técnicas e mesmo criador de técnicas novas. Impôs o verso livre, hoje uma normalidade da nossa poética. Firmou uma atualização das artes brasileiras nunca dantes existentes; e de tal forma que hoje um Murilo Mendes, um Érico Veríssimo, um Camargo Guarnieri, sem a menor preocupação de novidade, são tão *up to date* no Brasil como em Paris ou Nova York. Formulou um nacionalismo descritivista, que se fez bem ruim poesia, sistematizou o estudo científico do povo nacional, na sociologia em geral, no folclore em particular, na geografia contemporânea. E promoveu uma reacomodação nova da linguagem escrita à falada (já agora com todas as probabilidades de permanência muito mais eficaz que a dos românticos.

“O Modernismo foi um toque de alarme. Todos acordaram e viram perfeitamente a aurora no ar. A aurora continua em si todas as promessas do dia. Mas é uma satisfação ver que o dia está cumprindo com grandeza e maior fecundidade as promessas da aurora. Ficar nas eternas auroras da infância não é saúde, é doença. E a literatura brasileira aí está, bastante sã. Adulta já? Quase adulta.”

Isso dizia o Mestre, com a antevisão do gênio e a sabedoria do conhecedor profundo do Brasil, nos idos de 1940. De lá para cá, quanta coisa se tem feito, no campo da literatura como no das artes, revelador cada artista de um forte, de um sadio e espontâneo brasilismo, esse brasilismo que outra coisa não é senão a ressonância cada vez mais forte daquele nativismo que nos veio do berço com os primeiros vagidos da nossa nacionalidade.

Macunaíma, página lustral da nossa literatura brasílica, é, hoje em dia, a prova provada de que o grande Mário estava coberto de razão, ao dar ao Modernismo, que ele ajudou a nascer, as proporções de abridor dos autênticos e sadios caminhos para uma literatura e uma arte verdadeiramente nacionais.